

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: 230

Data 13 de agosto de 1977 Pg.: _____

Cimi endossa^{13.8.77} protestos de chefes índios

BRASILIA (Sucursal) — “Que estranhas forças protegem as companhias latifundiárias que espoliaram a terra dos índios Tapirapé? Por que motivo foi recentemente afastado da direção do Parque Indígena do Araguaia, no qual se engloba a área tapirapé, o sertanista Sidnei Possuelo, que vinha ganhando a amizade e a confiança dos Tapirapé pelas providências que tomava para a demarcação da reserva? “Estas foram algumas das interrogações formuladas pelos líderes indígenas reunidos na Nona Assembléa de Chefes, realizada na Ilha do Bananal, segundo nota divulgada, ontem, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que, endossando os protestos dos chefes, afirma que “só a Funai pode responder a essas questões”.

NOME AOS BOIS

Referindo-se ao caso específico da reserva dos índios Tapirapé, o CIMI identificou como sendo as companhias latifundiárias que “espoliaram a terra”. A Tapiraguaiá (grupo Medeiros Carneiro), “proprietária de mais de 300 mil hectares no norte de Mato Grosso”, Porto Velho (Fertilizantes IAP), e Codeara, do grupo BNC.

A REUNIÃO

A Assembléa foi realizada na aldeia dos tapirapé, entre os dias sete e dez deste mês, onde o CIMI “compareceu na qualidade de observador, representado pelo seu vice-presidente, padre Thomas de Aquino Lisboa”. Também participaram três representantes da Funai, entre eles o chefe da Delegacia Regional sediada em Cuiabá, além dos líderes xavante, bororo, paresi, nambikwara e kaingang que decidiram emprestar seu apoio aos tapirapé na questão da demarcação de sua reserva.

O bispo dom Tomas Balduino, presidente do CIMI, fez a seguinte declaração, na nota que tem a sua assinatura:

“Alegra-nos ver a solidariedade crescente entre tribos que até pouco tempo se desconheciam. Gratifica-nos constatar que esta unidade tem sido um dos resultados concretos das Assembléas de Chefes Indígenas, a primeira das quais promovida pelo CIMI em Diamantina (MT), em abril de 1974, e que foram, progressivamente, sendo assumidas pelos próprios índios, em todas as etapas de organização e realização. Reafirmamos nossa crença e esperança na autodeterminação dos povos indígenas, liberados de tutelas castradoras e reconhecidos como adultos e capazes”.